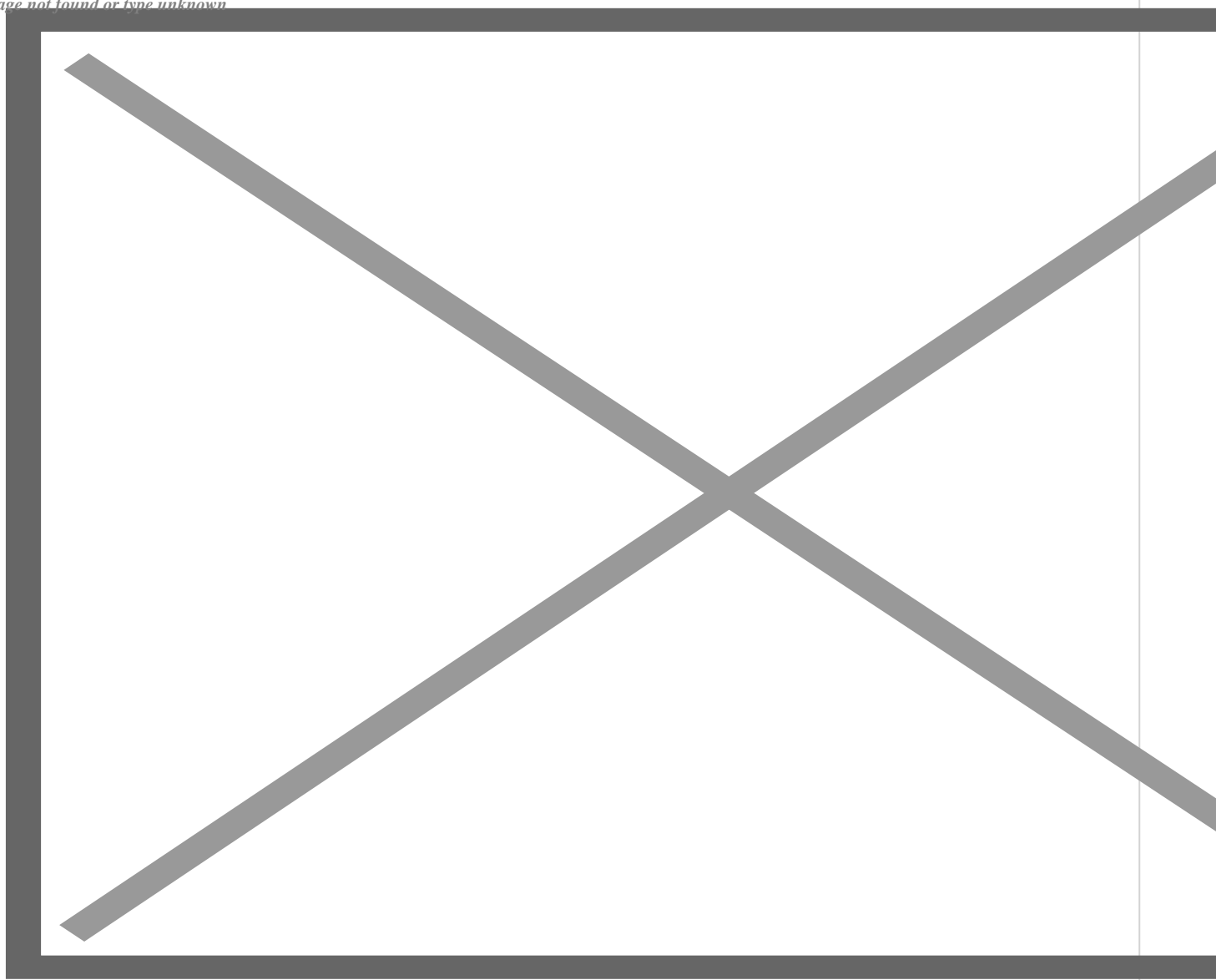


Direitos dos povos indígenas em risco

Image not found or type unknown



d

Por Maria Josefina Arce

As manobras para despojar as comunidades indígenas de seus territórios não param no Brasil. Legisladores de direita e favoráveis ao agronegócio votaram em favor de anular o veto do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, em outubro, ao chamado marco temporal, uma tese que dificulta a reivindicação desses povos às suas terras ancestrais, das quais foram expulsos por décadas.

A tese afirma que essas comunidades só têm direito às terras que ocupavam fisicamente em 1988, ano em que foi promulgada a atual Constituição brasileira.

Da mesma forma, ignora a decisão de setembro passado do Supremo Tribunal Federal do Brasil que rejeitou o prazo e o declarou inconstitucional.

Grupos de direitos humanos consideraram essa tese injusta, por não levar em conta as expulsões e o deslocamento forçado dos povos indígenas, especialmente durante a ditadura militar de 1964-1985.

Líderes indígenas alegam que o marco temporal exclui a realidade histórica e cultural dos indígenas e viola tratados internacionais assinados pelo Brasil, como a Declaração das Nações Unidas sobre Povos Indígenas e a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho.

A ameaça de abrir vastas terras indígenas para atividades como exploração madeireira, mineração, agricultura e pecuária está ganhando força novamente, ameaçando a sobrevivência dos povos indígenas e os esforços para conter as mudanças climáticas.

A comunidade científica considera as reservas indígenas como barreiras essenciais contra o desmatamento e, portanto, fundamentais para a luta contra o aquecimento global.

A Ministra dos Povos Indígenas, Sônia Guajajara, lamentou a decisão. Ela ressaltou que, embora o mundo tenha reconhecido essas comunidades e seus territórios como uma das últimas alternativas para conter as mudanças climáticas, o Congresso está agindo na contramão.

A relação amigável dos povos indígenas com o meio ambiente e seus conhecimentos ancestrais fazem com que sejam verdadeiros guardiões da natureza. Respeitando os recursos naturais, eles ajudam a conservar o solo, a água e a biodiversidade.

O Congresso, a maioria de direita e extrema direita, está atacando mais uma vez os direitos das comunidades indígenas para favorecer os interesses do mercado agrícola. Mas a batalha ainda não acabou. A Associação dos Povos Indígenas do Brasil recorreu ao Supremo Tribunal Federal para pedir a inconstitucionalidade da lei toda e defender suas prerrogativas.

<https://www.radiohc.cu/index.php/pt/especiales/comentarios/342431-direitos-dos-povos-indigenas-em-risco>



Radio Habana Cuba